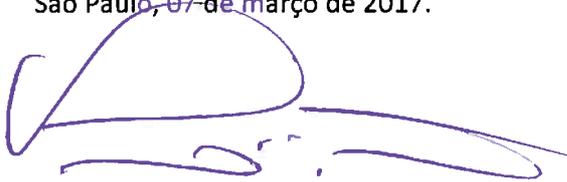


PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO 2016

O Conselho Fiscal da Organização Aldeias Infantis SOS Brasil, em cumprimento às disposições estatutárias, examinou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados e considerando o parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes, datado de 07 de março de 2017, é de opinião que as demonstrações financeiras acima referidas estão em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 07 de março de 2017.



Firmino Mauro Custódio



José Ricardo de Moraes Pinto



Claude Roger Loiseau

Aldeias Infantis SOS Brasil

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

KPDS 179228



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e aos Diretores da
Aldeias Infantis SOS Brasil
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aldeias Infantis SOS Brasil "Associação", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aldeias Infantis SOS Brasil em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando



aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

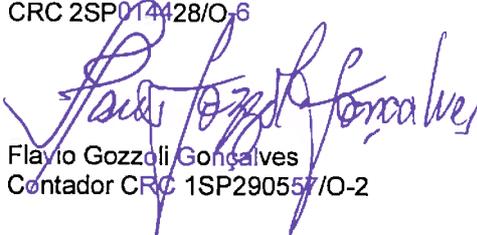


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Flávio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2



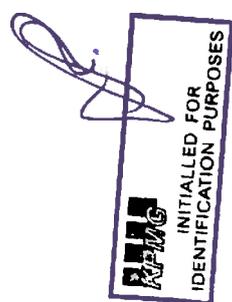
Aldeias Infantis SOS Brasil

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo	Notas	2016	2015	Passivo	Notas	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.339.536	10.372.277	Fornecedores	13	219.092	63.701
Recursos vinculados a projetos	5	3.641.420	6.383.608	Salários, férias e encargos a pagar		2.825.913	2.663.561
Ativos financeiros disponíveis para venda	6	185.691	-	Impostos e obrigações a recolher		104.050	93.019
Venda de ativos a receber	7	143.500	500.000	Subsídios governamentais e parcerias privadas	14	3.641.420	6.383.608
Imóveis disponíveis para venda	11	70.658	-	Receita diferida	15	330.621	381.232
Outros créditos	8	1.211.505	649.479	Outras contas a pagar		229.823	311.318
		<u>9.592.310</u>	<u>17.905.364</u>			<u>7.350.919</u>	<u>9.896.439</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	16	1.578.125	1.796.242	Contas de poupança - aportes de padrinhos	9	1.963.915	2.051.858
Contas de poupança - aportes de padrinhos	9	1.963.915	2.051.858	Receita diferida	15	6.477.367	6.555.756
Propriedades para investimentos	10	3.255.315	2.921.125	Provisão para contingências	16	2.085.002	1.931.708
Imobilizado	12	17.150.028	17.668.505			<u>10.526.284</u>	<u>10.539.322</u>
		<u>23.947.383</u>	<u>24.437.730</u>	Patrimônio líquido	17		
				Ajustes de avaliação patrimonial		31.419	-
				Superávits acumulados		<u>15.631.071</u>	<u>21.907.333</u>
						<u>15.662.490</u>	<u>21.907.333</u>
						<u>33.539.693</u>	<u>42.343.094</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Notas	2016	2015
Receitas			
Doações internacionais	19	16.538.606	16.512.490
Subsídios governamentais	19	23.811.331	19.940.290
Doações nacionais	19	10.612.475	6.928.518
Aluguéis	10	2.163.103	1.535.860
		<u>53.125.515</u>	<u>44.917.158</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	20	(32.645.215)	(27.599.450)
Despesas gerais e administrativas	21	(27.168.957)	(22.769.666)
Depreciação		(798.969)	(862.887)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	514.291	87.867
		<u>(60.098.850)</u>	<u>(51.144.136)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(6.973.335)</u>	<u>(6.226.978)</u>
Despesa financeira	23	(166.187)	(151.708)
Receita financeira	23	863.260	1.493.818
Receita financeira líquida		<u>697.073</u>	<u>1.342.110</u>
Déficit do exercício		<u>(6.276.262)</u>	<u>(4.884.868)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
Déficit do exercício	(6.276.262)	(4.884.868)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros disponíveis para venda - variação líquida no valor justo	<u>31.419</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(6.244.843)</u>	<u>(4.884.868)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Superávits acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2015	26.792.201	-	26.792.201
Déficit do exercício	(4.884.868)	-	(4.884.868)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	21.907.333	-	21.907.333
Déficit do exercício	(6.276.262)	-	(6.276.262)
Outros resultados abrangentes no período	-	31.419	31.419
Saldos em 31 de dezembro de 2016	15.631.071	31.419	15.662.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do período	(6.276.262)	(4.884.868)
Ajustes por		
Depreciação	878.184	862.887
Valor residual do ativo permanente baixado	52.539	29.011
Ativos financeiros recebidos por doações	(154.272)	-
Aumento em provisões para contingências	153.294	244.913
	<u>(5.346.517)</u>	<u>(3.748.057)</u>
(Aumento) redução em ativos		
Recursos vinculados a projetos	2.742.188	(2.403.527)
Venda de ativos a receber	356.500	-
Outros créditos	(562.026)	79.342
Imóveis disponíveis para venda	(70.658)	-
Depósitos judiciais	218.117	79.281
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	155.391	(359.987)
Salários, encargos e férias a pagar	162.352	469.229
Subsídios governamentais	377.885	613.330
Parcerias privadas	(3.120.073)	1.790.197
Impostos e obrigações a recolher	11.031	20.417
Outras contas a pagar	(81.495)	(91.860)
Receita diferida	(129.000)	(225.979)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais	<u>(5.286.305)</u>	<u>(3.777.614)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(746.436)	(856.458)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(746.436)</u>	<u>(856.458)</u>
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.032.741)</u>	<u>(4.634.072)</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	10.372.277	15.006.349
No fim do período	<u>4.339.536</u>	<u>10.372.277</u>
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.032.741)</u>	<u>(4.634.072)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Aldeias Infantis SOS Brasil (“Associação” ou “Aldeias”) é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, exclusivamente de finalidade filantrópica e cultural, com sede social na Rua José Antônio Coelho, 400 - Vila Mariana - São Paulo - SP e 22 filiais distribuídas em 13 Estados e no Distrito Federal. A Associação tem por finalidade criar, implantar, organizar, administrar e fiscalizar os Projetos SOS destinados a prestar assistência, dar formação a crianças que, por qualquer motivo, foram privadas da ação educativa da família, sem distinção de raça, cultura ou credo religioso. Os recursos financeiros necessários para a manutenção das atividades são originados, basicamente, de doações de padrinhos (doadores voluntários), sócios nacionais e estrangeiros e financiamentos públicos e privados.

Em 2016, a Administração renovou e realizou diversos convênios Municipais, Estaduais e Federais, gerando receitas no exercício no valor de R\$ 23.811.331 (R\$ 19.940.290, em 2015), com o objetivo de promover a convivência familiar e comunitária, e a prevenção à violação de direitos de crianças e adolescentes, com ações como acolhimento institucional, música, artes, capacitação profissional, escolarização e oficinas de promoção de cidadania.

Em 2013 a SOS Kinderdorf International criou o Sustainable Path Implementation Fund ou Fundo de Implementação da Via Sustentável (SPIF). O principal objetivo do SPIF é auxiliar 35 países, entre eles o Brasil, a alcançar a autonomia financeira até 2020.

Nos três primeiros anos (2014, 2015 e 2016), os recursos obtidos foram aplicados na formação da infraestrutura necessária para a Captação de Recursos e na estruturação dos Programas de fomento com o Poder Público. Em 2016 foram aplicados R\$ 8,5 milhões (R\$ 4,9 milhões em 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, a Associação era composta por 22 programas, constituídas, principalmente, por Casas Lares (“Aldeias”) e Centros Sociais.

Segue o número de atendimentos realizados nos dois períodos (dados não auditados):

<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Atendidos</u>			<u>Total</u>
		<u>Casa Lar</u>	<u>Centro social</u>	<u>Atendidos indiretos</u>	
AL	Maceió	9	35	22	66
AM	Manaus	44	154	73	271
BA	Lauro Freitas	24	108	47	179
DF	Brasília	26	105	49	180
MG	Juiz de Fora	11	250	168	429
PB	João Pessoa	26	183	158	367
PE	Igarassu	57	241	172	470
PR	Foz do Iguaçu	45	125	164	334
PR	Goioerê	17	143	61	221
RJ	Rio de Janeiro	27	57	0	84
RN	Caicó	43	469	105	617
RN	Natal	41	0	0	41
RS	Porto Alegre	48	154	42	244
RS	Santa Maria	40	140	88	268
SP	Caçapava	29	0	0	29
SP	Campinas	57	91	162	310
SP	Limeira	35	0	0	35
SP	Lorena	52	0	0	52
SP	Poá	34	567	485	1.086
SP	Rio Claro	47	0	0	47
SP	São Bernardo do Campo	24	1.260	340	1.624
SP	São Paulo	<u>29</u>	<u>472</u>	<u>330</u>	<u>831</u>
Total em 2016		<u>765</u>	<u>4.554</u>	<u>2.466</u>	<u>7.785</u>
Total em 2015		<u>721</u>	<u>4.692</u>	<u>3.561</u>	<u>8.974</u>

A variação apresentada na coluna "Atendidos Indiretos" explica-se em razão da mudança na metodologia de contagem dos participantes, que passou a atender às medidas estratégicas da Organização.

Em 2016 a Aldeias Infantis SOS Brasil encerrou o ano com um quadro de 684 colaboradores ativos (732 em 2015).

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Diretor da Associação em 7 de março de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- a. Ativo imobilizado recebido em doação mensurado pelo valor justo; e
- b. Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 12 - Valor residual do ativo imobilizado e vida útil;
- Nota 16 - Provisão para contingências.

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 24 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a projetos governamentais e parceiros

Recursos vinculados a projetos representam os saldos recebidos em bancos conta movimento, valores a receber e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Associação reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Ativo imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável, quando necessárias. Os ativos imobilizados recebidos em doações são mensurados a valor justo.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta; e
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O *software* comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

(ii) **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercício comparativo são as seguintes:

Edificações	45 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. **Propriedades para investimentos**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo pela Associação. Alterações no valor justo não são reconhecidas no resultado em razão de a Associação utilizar o custo como base para contabilização. Dessa forma, o valor justo é divulgado somente em nota explicativa conforme permitido pela norma contábil vigente.

e. **Redução ao valor recuperável**

(i) **Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) **Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os valores de ativos intangíveis sem vida útil definida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda

de valor, entretanto, a Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Dentre os benefícios oferecidos pela Associação não há benefícios que nos indique necessidade de se constituir um passivo atuarial, bem como não possui nenhum benefício pós-emprego a colaborador que possa gerar uma obrigação futura.

g. Provisões, passivos - circulante e não circulante

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Receita diferida

As doações recebidas pela Associação que possuem restrição de uso e que somente podem ser empregadas na construção de ativos imobilizados previamente aprovados pelos doadores são registradas no ativo imobilizado em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante, e serão apropriadas ao resultado do período no mesmo prazo das despesas de depreciação dos bens construídos com os recursos das doações.

i. Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. A Associação possui quatro principais tipos de receita: receitas com doações internacionais, receitas com subsídios governamentais, receitas com doações nacionais e receitas com aluguéis.

As receitas com doações internacionais e receitas com doações nacionais são reconhecidas no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função de a Associação não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente gastas. As receitas com aluguéis são reconhecidas de acordo com o período de competência da locação do imóvel.

As doações com subsídios governamentais são reconhecidas de acordo com o requerido na CPC 07 (R1) subvenções governamentais, da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o caixa em contrapartida a um passivo relacionado a projetos a executar, no passivo circulante. Quando o subsídio governamental não é repassado no mês, mas os gastos são incorridos, o valor devido é contabilizado como Recursos a Receber Vinculados a Projetos em contrapartida a um passivo relacionado a projetos a executar, no passivo circulante (Nota explicativa nº 5).

- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos recursos subsidiados são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes.

j. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. A Associação registrou as receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme demonstrado nas notas explicativas nº 19 e 21.

k. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

l. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Associação estão mencionadas abaixo. A Associação não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Associação em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Associação detiver das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Associação fará no futuro.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	769.817	1.310.459
Aplicações financeiras	3.569.719	9.061.818
	<u>4.339.536</u>	<u>10.372.277</u>

Representa recursos financeiros mantidos para uso das operações da Associação.



As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações são remuneradas, em 2016 e 2015, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Recursos vinculados a projetos

	2016	2015
Recursos recebidos vinculados a projetos governamentais (i)	2.832.306	3.047.997
Recursos a receber vinculados a projetos governamentais (i)	593.576	-
Recursos recebidos vinculados a projetos de parcerias privadas (ii)	215.538	3.335.611
	<u>3.641.420</u>	<u>6.383.608</u>

- (i) Os recursos vinculados a projetos governamentais referem-se a recursos recebidos e ou a receber, pela Associação, dos convênios com as prefeituras, que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados.
- (ii) Os recursos relacionados a parcerias privadas referem-se a recursos recebidos que serão utilizados durante o ano de 2017. Vide nota explicativa nº 14.

Em 2016, substancialmente os recursos vinculados estão investidos em aplicações financeiras que referem-se as aplicações e resgates automáticos pelos bancos, remunerados aos índices dos depósitos de poupança, no montante de R\$ 2.352.236.

6 Ativos financeiros disponíveis para venda

Refere-se à carteira de ações recebidas como doação por herança e estão registradas pelo valor realizável do pregão do dia 29 de dezembro de 2016, da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), conforme quadro abaixo:

Ação	Quantidade	Cotação	2016
USIM5.SA	36.000	4,10	147.600
VALE5.SA	1.632	23,34	38.091
			<u>185.691</u>

7 Venda de ativos a receber

Em 2013 foi vendida uma casa no Município de Poá - SP, no valor de R\$ 750.000, e recebido no momento da venda R\$ 250.000 e R\$ 500.000 a ser recebido quanto da entrega da escritura. A escritura foi entregue em janeiro de 2016, com o respectivo recebimento do valor.

Em 2016 foram vendidos dois imóveis no Município de São Bernardo do Campo - SP, no valor total de R\$ 375.000, e recebido no momento da venda R\$ 231.500 e R\$ 143.500 a ser recebido com recursos advindos de financiamento a ser pleiteado junto ao agente financeiro.

Os valores dos ganhos nessas alienações foram registrados no grupo de outras receitas operacionais.

	Valor Custo	Valor Residual	Valor Venda
São Bernardo do Campo - SP.	73.602	41.218	375.000

8 Outros créditos

	2016	2015
Adiantamentos de férias, salários e empréstimos a colaboradores	372.436	318.707
Crédito de fornecedor de serviços - SPIF	324.666	-
Depósitos em caução de aluguel	104.739	86.289
Aluguéis a receber	93.919	19.000
Despesas antecipadas	68.381	10.030
Seguros a vencer	54.804	47.491
Titulos de capitalização	50.000	11.700
Adiantamentos percaptas	37.416	40.872
Adiantamento de viagem	7.316	1.100
Outros créditos	97.828	114.290
	<u>1.211.505</u>	<u>649.479</u>

9 Contas de poupança - Aportes de padrinhos

	2016	2015
Contas de poupança - Ativo	<u>1.963.915</u>	<u>2.051.858</u>
Contas de poupança - Passivo	<u>1.963.915</u>	<u>2.051.858</u>

Referem-se a valores recebidos de padrinhos internacionais das crianças acolhidas nas famílias das Aldeias. As remessas são nominativas e mantidas em contas de poupança individualizadas, por criança, podendo ser resgatadas apenas quando da sua emancipação, sua reintegração familiar ou por ordem judicial.

Por se tratar de recursos que são administrados pela Associação, porém com a obrigação de repasse às crianças assistidas pelos padrinhos, os montantes relacionados às contas de poupança são registrados por valores equivalentes em contas de ativo e passivo.

10 Propriedades para investimento

	2016	2015
Saldo em 1º Janeiro	2.921.125	1.429.419
Baixas de venda de imóveis	(49.775)	-
Transferência de ativo imobilizado	454.623	1.491.706
Transferência para ativo circulante - imóveis destinados a venda	(70.658)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>3.255.315</u>	<u>2.921.125</u>

Propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que são arrendados para terceiros. Cada arrendamento tem o valor do aluguel corrigido anualmente por indexadores que refletem a inflação do período. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

As propriedades para investimento da Associação são contabilizadas ao custo de aquisição. O valor justo é apurado somente para divulgação.

Em 31 de dezembro de 2016 os valores justos das propriedades para investimento compreenderam:

Localidade do imóvel	2016			
	Custo	Depreciação	Líquido	Valor justo
Brasília (DF)	1.085.559	(211.033)	874.526	5.564.948
Goioerê (PR)	249.515	(87.208)	162.307	3.642.567
Manaus (AM)	157.468	(24.670)	132.798	372.562
João Pessoa (PB)	186.919	(59.849)	127.070	805.140
Juiz de Fora (MG)	137.327	(49.181)	88.146	592.515
Rio de Janeiro (RJ)	2.175.200	(690.715)	1.484.485	10.326.185
Porto Alegre (RS)	133.619	(78.352)	55.267	320.250
Poá (SP)	356.471	(90.633)	265.838	1.124.274
São Paulo (SP)	80.895	(16.017)	64.878	2.632.797
Lauro de Freitas (BA)	8.795	(8.795)	-	1.798.423
	<u>4.571.768</u>	<u>(1.316.453)</u>	<u>3.255.315</u>	<u>27.179.661</u>

As rendas de alugueis de propriedades para investimentos reconhecidas no resultado é de R\$ 2.163.103 (R\$ 1.535.860 em 2015).

11 Imóveis disponíveis para venda

Em setembro de 2016 foi celebrado um contrato de compromisso de compra e venda de três apartamentos da unidade de São Bernardo do Campo (SP), pelo valor total de R\$ 557.000. O custo, líquido de depreciação, desses imóveis é de R\$ 70.658, o que representa uma receita líquida de R\$ 444.344, já deduzidos os custos de intermediação de R\$ 42.000. A efetivação dessas negociações depende dos compradores obterem financiamento junto ao agente financeiro.

12 Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Movimentação no exercício de 2016

Descrição	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldos em 31/12/2016
Custo					
Terrenos	396.351	-	-	-	396.351
Edifícios	17.378.568	-	-	(22.270)	17.356.298
Móveis e utensílios	959.722	58.424	(13.892)	-	1.004.254
Veículos	1.177.123	155.131	(82.500)	-	1.249.754
Equipamentos e computadores	3.685.653	486.980	(45.956)	-	4.126.677
Ativos intangíveis	-	45.901	-	-	45.901
Construções em andamento (a)	1.683.160	-	-	-	1.683.160
Total custo	<u>25.280.577</u>	<u>746.436</u>	<u>(142.348)</u>	<u>(22.270)</u>	<u>25.862.395</u>
Depreciação					
Edifícios	(3.898.125)	(189.535)	-	(432.353)	(4.520.013)
Móveis e utensílios	(549.016)	(98.010)	10.250	-	(636.776)
Veículos	(807.075)	(156.801)	80.834	-	(883.042)
Equipamentos e computadores	(2.357.856)	(351.335)	39.943	-	(2.669.248)
Ativos intangíveis	-	(3.288)	-	-	(3.288)
Total depreciação	<u>(7.612.072)</u>	<u>(798.969)</u>	<u>131.027</u>	<u>(432.353)</u>	<u>(8.712.367)</u>
Saldo líquido	<u>17.668.505</u>	<u>(52.533)</u>	<u>(11.321)</u>	<u>(454.623)</u>	<u>17.150.028</u>

Movimentação no exercício de 2015

Descrição	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldos em 31/12/2015
Custo					
Terrenos	396.351	-	-	-	396.351
Edifícios	19.948.980	-	-	(2.570.412)	17.378.568
Móveis e utensílios	923.335	47.456	(11.069)	-	959.722
Veículos	1.121.996	124.820	(69.693)	-	1.177.123
Equipamentos e computadores	3.279.447	467.138	(60.932)	-	3.685.653
Construções em andamento (a)	<u>1.466.116</u>	<u>217.044</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.683.160</u>
Total custo	<u>27.136.225</u>	<u>856.458</u>	<u>(141.694)</u>	<u>(2.570.412)</u>	<u>25.280.577</u>
Depreciação					
Edifícios	(4.726.561)	(250.270)	-	1.078.706	(3.898.125)
Móveis e utensílios	(486.648)	(69.689)	7.321	-	(549.016)
Veículos	(717.612)	(149.052)	59.589	-	(807.075)
Equipamentos e computadores	<u>(2.009.753)</u>	<u>(393.876)</u>	<u>45.773</u>	<u>-</u>	<u>(2.357.856)</u>
Total depreciação	<u>(7.940.574)</u>	<u>(862.887)</u>	<u>112.683</u>	<u>1.078.706</u>	<u>(7.612.072)</u>
Saldo líquido	<u>19.195.651</u>	<u>(6.429)</u>	<u>(29.011)</u>	<u>(1.491.706)</u>	<u>17.668.505</u>

- (a) O saldo de construções em andamento refere-se basicamente a recursos que estão sendo destinados à reforma de nove imóveis de casas lares localizadas em Porto Alegre. O valor total deste projeto é de, aproximadamente, R\$ 1.200.000, e todo o recurso utilizado neste projeto está sendo doado pela SOS Noruega.

13 Salários, férias e encargos a pagar

	2016	2015
Salários e ordenados a pagar	260.996	292.624
Provisão para férias e encargos sobre férias	<u>2.564.917</u>	<u>2.370.937</u>
	<u>2.825.913</u>	<u>2.663.561</u>

14 Subsídios governamentais e parcerias privadas

Durante o ano de 2016, a Associação renovou e firmou novas parcerias privadas e convênios nas esferas municipais, estaduais e federais. O reconhecimento desses subsídios será efetuado de acordo com o CPC 07 (R1), subvenção governamental, de acordo com o regime de competência. Para 31 de dezembro de 2016 e 2015 o saldo é assim apresentado:



Aldeias Infantis SOS Brasil
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Subsídios Governamentais	2016	2015
Esfera Municipal		
Prefeitura Municipal de Santa Maria - RS	501.039	438.112
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora - MG	432.903	176.745
Prefeitura Municipal de São Paulo - SP	369.524	453.718
Prefeitura Municipal de Caicó - RN	322.920	30
Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP	286.852	298.743
Prefeitura Municipal de Natal - RN	236.668	159.364
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu - PR	194.280	98.704
Prefeitura Municipal de Poá - SP	155.347	58.471
Prefeitura Municipal de Rio Claro - SP	38.614	32.987
Prefeitura Municipal de Campinas - SP	33.489	152.829
Prefeitura Municipal de Limeira - SP	33.017	-
Prefeitura Municipal de Lorena - SP	31.155	40.768
Prefeitura Municipal de Maceió - AL	27.281	32.342
Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS	20.035	105.690
Prefeitura Municipal de Acari - RN	8.981	212
Prefeitura Municipal de Aracaju - SE	5.863	18.326
Prefeitura Municipal de Poço Branco - RN	4.709	-
Prefeitura Municipal de Goioerê - PR	3.352	806
Prefeitura Municipal de Nova Cruz - RN	2.948	638
Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó - RN	2.728	-
Prefeitura Municipal de Quarto Centenário - PR	2.465	64
Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas - RN	1.858	-
Prefeitura Municipal de Caçapava - SP	1.389	325.534
Prefeitura Municipal de Parelhas - RN	1.092	140
Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas - BA	879	-
Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte - RN	225	8
Prefeitura Municipal de Mossoró - RN	161	-
Prefeitura Municipal de Areia Branca - RN	97	45
Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB	-	10.671
Prefeitura Municipal de Cruzeta - RN	-	110
Prefeitura Municipal de Igarassu - PE	-	378
Prefeitura Municipal de Ipeuna - SP	-	10.123
Prefeitura Municipal de Manaus - AM	-	3.703
Prefeitura Municipal de Pirassununga - SP	-	3.056
Subtotal	2.719.871	2.422.317
Outros convênios com o Governo		
Esfera Estadual	329.149	453.786
Esfera Federal	376.862	171.894
subtotal	706.011	625.680
Total de Subsídios Governamentais	3.425.882	3.047.997
Parcerias Privadas		
Petrobrás	120.625	92.057
Alcoa	49.385	158.127
Fundação Prada	30.000	80.000
Herbalife	7.023	79.087
Instituto Coca-Cola	6.998	33.193
Fundação Telefônica	1.507	4.329
HSBC	-	2.888.818
Total parcerias	215.538	3.335.611
Total subsídios governamentais e parcerias	3.641.420	6.383.608

15 Receita diferida

	2016	2015
Receita diferida curto prazo (Obras)	193.979	251.719
Receita diferida curto prazo (Depreciação)	136.642	129.513
Receita diferida longo prazo (a)	6.477.367	6.555.756
	6.807.988	6.936.988
Passivo circulante	330.621	381.232
Passivo não circulante	6.477.367	6.555.756

- (a) Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 3(h), os recursos vinculados que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação do ativo imobilizado.

As principais imobilizações realizadas com recursos vinculados foram:

Programa	2015	Depreciação	Adição	Baixa	2016
Igarassu (PE)	3.635.824	(86.829)	-	-	3.548.995
Igarassu - Reforma (PE)	603.012	-	-	-	603.012
Brasília (DF)	853.651	(21.888)	-	-	831.763
Manaus (AM)	542.025	(14.113)	-	-	527.912
João Pessoa (PB)	142.989	(6.683)	-	-	136.306
Porto Alegre (RS)	1.101.747	-	-	-	1.101.747
HSBC Future First	57.740	-	-	(57.740)	-
Foz do Iguaçu (PR)	-	(7.062)	59.385	-	52.323
Goioere (PR)	-	(67)	5.997	-	5.930
	6.936.988	(136.642)	65.382	(57.740)	6.807.988

16 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Associação é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As movimentações na provisão para contingências nos exercícios de 2016 e 2015 são apresentadas a seguir.





Movimentação das contingências:

	2015		2016		
	Saldo inicial	Adições	Atualizações de processos já existentes	Reversões	Saldo Final
Trabalhistas	305.871	467.215	86.495	(152.342)	707.239
INSS	1.327.763	-	-	-	1.327.763
Taxa de Lixo	168.927	-	-	(168.927)	-
Restituição de Convênio	129.147	-	-	(129.147)	-
Cível	-	50.000	-	-	50.000
	<u>1.931.708</u>	<u>517.215</u>	<u>86.495</u>	<u>(450.416)</u>	<u>2.085.002</u>

Movimentação dos depósitos judiciais:

	2015		2016	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Trabalhistas	202.522	37.144	(1.672)	237.994
INSS	1.318.963	-	-	1.318.963
Cível	274.757	21.168	(274.757)	21.168
	<u>1.796.242</u>	<u>58.312</u>	<u>(276.429)</u>	<u>1.578.125</u>

Processos de natureza trabalhistas

As provisões trabalhistas foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da Associação quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A Associação adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

- **INSS quota patronal** - As contingências tributárias referem-se, à discussão relativa à cobrança de INSS sobre a Aldeias de São Bernardo do Campo/SP para os meses de novembro e dezembro de 1991 e exercícios de 1992 a 1999, período que a Aldeias de São Bernardo não recolheu a quota patronal apesar de não possuir Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e ainda não ter aderido ao processo unificação de todas as Aldeias no Brasil num único escritório nacional e CNPJ. O valor da quota patronal não recolhida está sendo provisionado com acréscimo de multa e juros e foi classificado pela Administração baseado na opinião dos assessores jurídicos, com risco de perda provável. Em 31 de julho de 2014 foi realizado um depósito judicial no valor de R\$ 1.318.963 referente ao processo do INSS, este depósito judicial foi efetuado em razão de orientação jurídica para que o imóvel que estava sendo oferecido como garantia pudesse ser liberado deste processo.
- **Ativo contingente** - A Associação vem discutindo na justiça junto a Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro ação ordinária de inconstitucionalidade das alíquotas progressivas de IPTU nos exercícios de 1994 a 1999, reivindicando a devolução das quantias recolhidas. A ação foi transitada em julgado sendo reconhecida a inconstitucionalidade das alíquotas progressivas de IPTU condenando o Município do Rio de Janeiro a restituir os montantes pagos pela Associação. Apesar de transitado em julgado nenhum ativo foi reconhecido, nesse momento. O valor em discussão ainda está sendo apurado, foi contratada empresa especializada

para emissão de laudo para atestar o valor do reembolso, o qual não pode ser estimado nesse momento.

A Associação ainda possui processos de natureza trabalhista, tributária e cível que foram avaliadas pelos consultores jurídicos com risco de perda possível, sendo que o montante total envolvido de trabalhista em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 741.683 (R\$ 1.369.159 em 2015) de tributária e cível é de R\$ 346.404 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 274.503 em 2015).

17 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Associação foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits acumulados.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio líquido remanescente é destinado para outra entidade congênere integrante do sistema SOS ou, na ausência desta, para outra entidade afim, respeitando-se a unidade federativa onde estiver localizado o patrimônio, devidamente registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, ou uma entidade pública.

18 Partes relacionadas

A Associação possui em seu Estatuto Social a obrigação de utilizar como modelo a metodologia e os princípios da SOS - Kinderdorf International.

Durante o exercício de 2016 a Associação teve receita de doações internacionais de outras Aldeias SOS reconhecidas no resultado nos montantes de R\$ 13.838.885 (R\$ 13.031.989 em 2015). Os valores recebidos nos exercícios de 2016 e 2015 são apresentados na nota explicativa nº 19.

Em relação aos saldos patrimoniais, em 31 de dezembro de 2016, a Associação possui R\$ 6.807.988 (R\$ 6.936.988 em 2015) de doações recebidas registradas na rubrica de receita diferida (conforme demonstrado na nota explicativa 15).

Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

19 Receita

	2016	2015
Doações internacionais entre partes relacionadas		
Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD	11.569.343	10.707.984
SOS - Kinderdorpen	1.105.204	636.056
SOS - UK	163.154	299.138
SOS - Suíça	265.026	195.187
SOS - Dinamarca	29.060	40.336
SOS - Bélgica	103.366	9.830
SOS - Noruega	143.337	103.851
SOS - Suécia	52.942	38.123
SOS - Estados Unidos da América	90.013	52.936
Outras	317.440	948.548
Total de doações internacionais entre partes relacionadas	13.838.885	13.031.989
Padrinhos Viena	2.699.721	3.480.501
Total de doações internacionais	16.538.606	16.512.490
Subsídios governamentais:		
Municipais		
Prefeitura Municipal de São Paulo - SP	2.507.933	2.225.388
Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP	2.481.295	1.099.305
Prefeitura Municipal de Poá - SP	2.206.803	3.015.005
Prefeitura Municipal de Campinas - SP	1.921.995	1.322.130
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora - MG	1.424.951	1.352.152
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu - PR	1.386.362	915.360
Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS	1.338.901	1.042.371
Prefeitura Municipal de Rio Claro - SP	1.296.928	958.294
Prefeitura Municipal de Natal - RN	1.200.261	1.267.746
Prefeitura Municipal de Santa Maria - RS	1.038.435	880.861
Prefeitura Municipal de Caçapava - SP	916.308	353.946
Prefeitura Municipal de Lorena - SP	751.547	656.551
Prefeitura Municipal de Limeira - SP	621.375	-
Prefeitura Municipal de Aracaju - SE	410.640	208.462
Prefeitura Municipal de Goioerê - PR	274.131	260.854
Prefeitura Municipal de Maceió - AL	231.573	198.770
Prefeitura Municipal de Mossoró - RN	210.342	12.721
Prefeitura Municipal de Igarassu - PE	193.736	50.122
Prefeitura Municipal de Caicó - RN	88.079	434.940
Prefeitura Municipal de Areia Branca - RN	84.183	-
Prefeitura Municipal de Pirassununga - SP	58.832	841.495
Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB	51.764	56.891
Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas - RN	33.757	-
Prefeitura Municipal de Quarto Centenário - PR	27.480	-
Prefeitura Municipal de Nova Cruz - RN	25.096	-
Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte - RN	20.925	-
Prefeitura Municipal de Acari - RN	20.740	-
Prefeitura Municipal de Parelhas - RN	20.056	-
Prefeitura Municipal de Cruzeta - RN	17.948	-
Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas - RN	17.194	-
Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó - RN	11.540	-
Prefeitura Municipal de Ipeuna - SP	10.518	22
Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas - BA	9.316	-
Prefeitura Municipal de Poço Branco - RN	4.818	-
Prefeitura Municipal de Assu - RN	4.204	-
Prefeitura Municipal de Charqueada - SP	-	76.618
Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes - SP	-	54.594
Prefeitura Municipal de Carpina - SP	-	13.928
Prefeitura Municipal de Manaus - AM	-	99.799
Outras	43.422	-
Total municipal	20.963.388	17.398.325
Estaduais	1.031.809	1.015.014
Federais	1.816.134	1.526.951
Total de subsídios governamentais	23.811.331	19.940.290
Doações nacionais:		
Amigos	5.004.188	2.173.089
Empresas	3.574.492	3.567.006
Fundações filantrópicas	1.236.851	698.836
Mercadorias	236.688	146.112
Eventos e produtos	188.722	137.918
Heranças e legados	154.548	6.173
Receita com trabalhos voluntários	216.986	199.384
Total de doações nacionais	10.612.475	6.928.518

20 Despesas com pessoal

	2016	2015
Salários e encargos sociais	(28.226.690)	(23.550.011)
Benefícios	(3.962.658)	(3.319.399)
Indenizações	<u>(456.633)</u>	<u>(730.040)</u>
	<u>(32.645.981)</u>	<u>(27.599.450)</u>

21 Despesas gerais e Administrativas

	2016	2015
Publicidade e comunicação	(5.805.461)	(2.588.255)
Serviços de terceiros	(3.078.033)	(3.310.412)
Despesas com alimentação	(3.110.596)	(2.697.374)
Manutenção, conservação e reparo	(2.607.872)	(2.187.347)
Despesas com água, energia elétrica e telefone	(2.038.344)	(1.982.463)
Veículos e conduções	(2.009.618)	(1.955.694)
Aluguéis	(1.749.509)	(1.793.918)
Despesas com materiais escolares, medicamentos e vestuário	(1.627.014)	(1.458.472)
Membresia SOS (a)	(1.504.749)	(1.703.971)
Materiais de escritório, higiene e limpeza	(1.038.743)	(834.047)
Constituição e reversão de provisão para contingências	(559.743)	(96.216)
Despesas com casa lar	(344.792)	(333.415)
Consultoria	(197.337)	(95.548)
Gastos com as crianças (atividades culturais, entretenimento, passeios)	(172.053)	(161.409)
Despesas com trabalhos voluntários	(216.986)	(199.384)
Outras	<u>(1.108.107)</u>	<u>(1.371.741)</u>
	<u>(27.168.957)</u>	<u>(22.769.666)</u>

- (a) Membresia refere-se ao custo para a utilização da marca "Aldeias Infantis SOS". Até o ano de 2011 este montante era calculado ao percentual de 4% sobre o valor total arrecadado nacionalmente. Já em 2012, a Organização (a nível mundial) realizou um estudo para viabilizar a redução dos gastos que as Associações Nacionais vinham assumindo com a cota de Membresia, onde então ficou decidido que o Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD assumiria este custo. A partir de 2013, mudou-se a metodologia de cálculo sobre o valor da Membresia de cada Associação Nacional, onde o montante a ser tomado em conta é o total captado pelas Associações Promotoras em função de cada país. O valor apresentado em 2016 e 2015 é um referencial contábil, pois não houve desembolso de caixa para a Associação Nacional. O montante foi assumido pelas Associações Promotoras, a contrapartida deste valor está no grupo de receitas internacionais.

22 Outras receitas operacionais, líquidas

	2016	2015
Receita na venda de ativo imobilizado	478.121	19.300
Baixa custo e depreciação do ativo imobilizado	(52.539)	(29.011)
Outras receitas	<u>88.709</u>	<u>97.578</u>
	<u>514.291</u>	<u>87.867</u>

23 Receita financeira líquida

	2016	2015
Despesa financeira		
Despesas Bancárias	<u>(166.187)</u>	<u>(151.708)</u>
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>863.260</u>	<u>1.493.818</u>
	<u>697.073</u>	<u>1.342.110</u>

A variação dos rendimentos financeiros refere-se basicamente a movimentação das aplicações demonstradas nas Notas 4 e 5.

24 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações e em títulos de investimento.

Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.

A Administração não espera que qualquer contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era de:

	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	769.817	1.310.459
Aplicações em fundos de investimentos	4	3.569.719	9.061.818
Recursos vinculados a projetos governamentais	5	3.425.883	3.047.997
Recursos vinculados a projetos de parcerias privadas	5	215.537	3.335.611
Ativos financeiros - ações de companhias abertas	6	185.691	-
		<u>8.166.647</u>	<u>16.755.885</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Associação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A Associação apresentava em 31 de dezembro de 2016 saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recursos vinculados a projetos de R\$ 8.166.647 (R\$ 16.755.885 em 2015) frente ao passivo circulante na mesma data base de R\$ 7.350.919 (R\$ 9.896.439 em 2015) o que representa uma liquidez livre de R\$ 815.728 (liquidez livre de R\$ 6.859.446 em 2015).

As maturidades contratuais de passivos financeiros são de até 6 meses para os fornecedores que possuem saldos de R\$ 219.092 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 63.701 em 2015), não havendo nenhum passivo financeiro com vencimento superior a 6 meses.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de prestação do serviço de assistência social. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos renda fixa.



Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - nível 2:

	2016	2015
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:		
Aplicações em fundos de investimentos	<u>3.569.719</u>	<u>9.061.818</u>
Ativos financeiros a valor justo por meio do patrimônio:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	<u>185.691</u>	<u>-</u>

25 Imunidade tributária

Tendo em vista que a Associação não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ela está imune ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, ao Programa de Integração Social - PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional - CTN.

A Associação possui os seguintes registros de suas atividades:

- reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme publicado no Diário Oficial da União em 24 de abril de 1995;
- Certificado de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto 48.451, de 20 de janeiro de 2004, renovado em 03 de junho de 2016;
- Certificado de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 32.064, de 17 de agosto de 1992, alterado pelo Decreto nº 43.302, de 04 de junho 2003 e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (conforme o Decreto 6308/2007 que teve seus parâmetros nacionais definidos através da resolução nº 16/CNAS de 05 de maio de 2010 publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2010, as entidades passaram a prestar contas ao Conselho Municipal de sua sede - no caso Conselho Municipal de Assistência Social - SP com validade por tempo indeterminado);

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - SP - com validade até 31 de julho de 2019;
- Certidão Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC nº 1763/2011) emitido em 14 de junho de 2016; e
- Declaração ITCMD com validade até 28 de abril de 2018.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Associação possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social com validade até 13 de agosto de 2015 e em processo de renovação.

Além disso, a Associação cumpre os seguintes requisitos previstos no art. 29 da Lei 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social:

- (i) Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- (ii) Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- (iii) Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (iv) Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- (v) Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- (vi) Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- (vii) Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- (viii) Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

A Associação possui a totalidade de suas ações sociais efetuadas de forma gratuita sendo o tipo de assistência que presta associado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo incorrido em despesas operacionais (despesas com pessoal e administrativas e gerais) na consecução de seus objetivos sociais no montante de R\$ 59.814.172 em 2016 (R\$ 50.369.116 em 2015), tendo usufruído de isenções previdenciárias (quota patronal) no montante de R\$ 4.576.711 em 2016 (R\$ 4.142.567 em 2015).

A aprovação dos cálculos, bem como das premissas utilizadas pela Associação estão vinculadas às prestações futuras de contas junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

26 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo).

Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

27 Eventos subsequentes

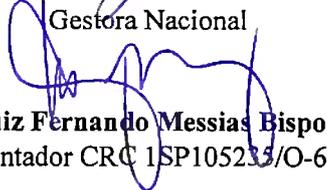
Em 24 de janeiro de 2017 a Aldeias Infantis SOS Brasil recebeu recursos financeiros de R\$ 1.016.867, relativo à herança.

* * *


Pedro Paulo Elejalde de Campos
Diretor-presidente


Mario Probst
Diretor Tesoureiro


Sandra Greco da Fonseca
Gestora Nacional


Luiz Fernando Messias Bispo
Contador CRC 1SP105233/O-6